

Ofertas Voluntárias e Livre-Arbítrio

Vincent Cheung

Copyright © 2005 de Vincent Cheung. Todos os direitos reservados.

Publicado por [Reformation Ministries International](#)
PO Box 15662, Boston, MA 02215, USA

Tradução de Felipe Sabino de Araújo Neto
Revisão de Rogério Portella

Todas as citações bíblicas foram extraídas da Nova Versão Internacional (NVI), © 2001, publicada pela Editora Vida, salvo indicação em contrário.

Em contraposição à declaração do tipo: “Nenhum lugar da Bíblia afirma que o homem possui livre-arbítrio”, algumas pessoas respondem dizendo que a Bíblia menciona “ofertas voluntárias”¹ em diversos lugares, e a partir dessa observação (*freewill offerings*) alegam que a Bíblia, portanto, ensina o livre-arbítrio ou que o homem tem livre-arbítrio. (Na NIV [*New International Version*], veja: Êxodo 35:29, 36:3; Levítico 7:16, 22:18, 21, 23, 23:38; Números 15:3, 29:39; Deuteronômio 12:6, 17, 16:10; 2 Crônicas 31:14; Esdras 1:4, 6, 2:68, 3:5, 7:16, 8:28; Salmos 54:6; Ezequiel 46:12; Amós 4:5).²

Essa é uma das objeções mais estranhas contra a negação do livre-arbítrio, e embora já a conhecesse havia alguns anos, jamais lhe dei uma resposta por escrito. O motivo é seu descabimento: sinto-me embaraçado até mesmo para mencioná-la ou levá-la a sério e escrever a seu respeito. Todavia, tenho sido perguntado de vez em quando sobre este assunto por cristãos que desconhecem a melhor forma de replicar a objeção, aos quais respondi em particular. E também pelo fato de o assunto ter sido levantado, por pelo menos duas vezes, em meses recentes, suponho que mais pessoas do que eu imaginava tenham dificuldades com essa questão; decidi, então, apresentar minha resposta aqui.

A objeção está atrelada a uma expressão comum da língua inglesa [*freewill*]; entretanto, termina aqui a semelhança entre o tópico (da soberania divina e a responsabilidade humana) e os versículos citados com mais frequência. O termo nem sempre é traduzido por “ofertas de livre vontade” segundo as versões NIV [*New International Version*] e a NASB [*New American Standard Bible*], mas em passagens onde elas apresentam essa tradução, a KJV [*King James Version*] verte algumas delas por “ofertas livres”, “ofertas voluntárias” e “ofertas espontâneas”.

A liberdade é relativa — você é livre de *algo*. Dizemos que o homem não possui livre-arbítrio porque ao discutir a soberania divina e a responsabilidade humana, lidamos com a relação metafísica entre Deus e o homem. De forma mais específica, a questão é de que modo e qual a extensão do controle divino exercido sobre os pensamentos e as ações dos homens. Dessa forma, nesse contexto, quando perguntamos se o homem dispõe de livre-arbítrio, perguntamos se o homem é livre *de Deus* ou *do controle de Deus* em qualquer sentido. Pelo fato de o ensino bíblico ser que Deus exerce controle *constante* e *absoluto* sobre todos os pensamentos e as ações dos homens, a conclusão necessária é que o ser humano não possui livre-arbítrio. Sua liberdade é zero em relação a Deus.

Deus é o ponto de referência absoluto; portanto, dizer que o homem não está livre de Deus equivale a dizer também que o ser humano não dispõe de liberdade no sentido absoluto da palavra. O homem é livre num sentido relativo, ou livre em relação a outros seres e coisas que não Deus (pessoas, objetos, forças etc.), e isso é um outro assunto, que não diz respeito, necessariamente, à discussão sobre a soberania divina e a responsabilidade humana. Contudo, em nome da inteireza, podemos afirmar que o homem é livre, em certo sentido, em relação a outras criaturas. Nenhum ser humano pode controlar do modo ou com a intensidade sequer aproximada do controle divino

¹ A questão aqui é suscitada pelo vocábulo adjetivo inglês *freewill* (que tanto pode significar o substantivo “livre-arbítrio” quanto os adjetivos “voluntário” e “espontâneo”) encontrado na expressão *freewill offerings* que pode ser traduzida por “ofertas voluntárias ou espontâneas” ou “ofertas provenientes do livre-arbítrio”. Nas versões bíblicas em português esse mal-entendido inexistente. (N. do T.)

² Esta lista não é válida para a NVI (*Nova Versão Internacional*). Veja a nota número 1. (N. do T.)

absoluto sobre meus pensamentos e minhas ações. Mas isso não significa que eu disponha de “livre-arbítrio”. Repetindo: no contexto atual falamos sobre nossa relação com Deus, e não com outras criaturas.

Este é o ponto onde o calvinismo popular confunde a questão. Ao afirmar a liberdade em relação a outras criaturas e forças externas e, então, ligá-la à nossa responsabilidade absoluta para com Deus. A verdade é: se responsabilidade pressupõe liberdade, então nossa responsabilidade absoluta para com Deus pressupõe a liberdade absoluta de Deus. Mas então, se nossa liberdade de Deus é absoluta, por que ainda somos considerados responsáveis por ele? Todavia, de fato, a responsabilidade não pressupõe liberdade, e mais do que isso, a responsabilidade pressupõe o seu oposto. Somos considerados responsáveis por Deus precisamente porque não estamos livres dele. Essa confusão, suponho, é uma das razões pelas quais alguns calvinistas falham em discernir o sofisma inerente à objeção tratada aqui. Eles falham em perceber que a liberdade é um termo relativo, que não somos livres em relação a Deus, e que os versículos citados por nossos oponentes referem-se a uma liberdade que não é relativa a Deus, mas a alguma outra coisa.

A “oferta voluntária” é *livre* porque a Lei não a exigia, como acontecia com outras ofertas regulares e ocasionais, de forma que a liberdade é com relação à Lei. O caráter voluntário, espontâneo,³ dessa oferta é somente nesse sentido. As pessoas eram “livres” para dar ou não dar a oferta sob a perspectiva *legal* ou *cerimonial*. Esses versículos não tratam da perspectiva *metafísica*, portanto, não podem nem estabelecer nem refutar a liberdade humana. Mas quando nos referimos ao “livre-arbítrio” no contexto da soberania divina e liberdade humana, tratamos sobre a questão se somos livres *de Deus* — e isso é metafísica. Indagamos se Deus tem controle completo sobre pensamentos, ações e circunstâncias dos homens. E Deus realmente o possui; portanto, o homem não dispõe de livre-arbítrio e de nenhuma liberdade com relação a Deus. Num caso, falamos sobre a relação do homem (de obrigação) para com a lei, e no outro, sobre a relação (de causa e efeito) do homem com Deus. Apenas o vocábulo inglês parece ser o mesmo nos dois casos, mas isso não acontece em todas as ocorrências dela nas versões inglesas. Tratam-se, de fato, de dois objetos de avaliação diferentes.

Há passagens que ensinam a mesma liberdade relativa sem usar esse termo. Aqui está um exemplo: “Ela [a propriedade] não lhe pertencia? E, depois de vendida, o dinheiro não estava em seu poder? O que o levou a pensar em fazer tal coisa? Você não mentiu aos homens, mas sim a Deus” (Atos 5:4). Quando Pedro diz que a propriedade “lhe pertencia”, e que o dinheiro estava “em seu poder”, ele se refere à posse da propriedade em relação ao *próprio Pedro* e *aos outros cristãos* — isto é, Ananias não tinha que vender a propriedade ou dar o dinheiro *para eles*. Mas essa propriedade ou liberdade relativa não dizia respeito ao determinismo divino — são duas questões diferentes. Pedro não afirma que Ananias tinha a posse da propriedade ou do dinheiro em detrimento *de a Deus*, apenas seu direito, ou liberdade, de reter a propriedade ou o dinheiro de *outras pessoas*, e isso a partir de uma perspectiva legal ou moral, não metafísica. Pedro certamente não diz que Ananias poderia reter a propriedade ou o dinheiro *de Deus*, em sentido metafísico! Mas é sobre metafísica que lidamos ao discutir sobre o determinismo divino.

³ *Free* [*livre*], no original. (N. do T.).

Outro versículo algumas vezes citado é Filemom 1:14: “Porém não vou fazer nada sem a aprovação de você, para que o favor que eu lhe estou pedindo não seja feito por obrigação, mas por sua livre vontade” (*Nova Tradução na Linguagem de Hoje*).⁴ Aha! Paulo diz que Filemom tinha livre vontade (livre-arbítrio)! Mas esse versículo é ainda mais irrelevante do que os outros: nele os envolvidos são mencionados explicitamente. Paulo diz “não vou fazer” (Paulo) nada sem a aprovação “de você” (de Filemom). Ele não queria que Filemom agisse por “obrigação”, mas essa obrigação é com relação a Paulo, e também o chamado “livre-arbítrio”. A liberdade é em relação a Paulo. O versículo se refere ao relacionamento *social* entre duas criaturas, *Paulo* e *Filemom*, mas não diz nada sobre a relação *metafísica* entre *Deus* e *Filemom*.

O calvinismo popular falha em responder cabalmente ao pensamento antibíblico de nossos oponentes no que diz respeito à questão da liberdade humana. Por essa razão, é incapaz de demonstrar de forma clara a diferença e evitar a confusão. Ele ensina que a soberania divina e a liberdade humana são “compatíveis” porque o homem sempre age de acordo com seu desejo mais forte, jamais compelido por Deus ou qualquer outro, a pensar ou agir contra sua vontade. Mas se, como a Escritura ensina, o controle de Deus sobre o homem é tão imediato e exaustivo, controlando diretamente a vontade e o desejo humanos, então o homem não é livre de Deus, embora sua vontade nunca seja forçada contra seu desejo. O ser humano nunca é forçado não por ser livre, mas por *não ser livre* de modo que é tão completamente controlado por Deus, que até mesmo sua vontade e desejo são controlados por ele, não restando nada para Deus forçar.

Mas eu já dissera tudo isso antes; terminarei, portanto, com minha doxologia usual: Deus é soberano e o homem não é livre. Bendito seja o nome do Senhor!

⁴ Na versão inglesa *New American Standard Bible* se lê: “... mas nada eu quis fazer sem o teu consentimento, para que o teu benefício não fosse como por compulsão, mas por seu livre-arbítrio”. E nas versões portuguesas também encontramos: “Mas nada quis fazer sem o teu parecer, para que o teu benefício não fosse como por força, mas voluntário” (ARC). “Nada, porém, quis fazer sem o teu consentimento, para que a tua bondade não venha a ser como que por obrigação, mas de livre vontade” (ARA). (N. do T.)